

ATA 20/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos três dias do mês de outubro do ano dois mil e dois, reuniu-se a Plenária ordinária do CMS, às dezenove horas, no auditório da SMS para deliberar sobre a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da ata nº18/02. 2) Informes; 3) Municipalização do Murialdo; 4) Notícias dos encaminhamentos das sindicâncias realizadas no Hospital de Clínicas e Ministério Público; 5) Parecer nº14/02 da SETEC sobre o Relatório do Sistema de Informações da Farmácia Básica - SIFAB; 6) Leitura e aprovação da ata nº19/02; 7) Retirada de Delegados para a 9ª Plenária Estadual de Conselhos de Saúde do RS ; 8) Avisos e Convites.** Coordenador, Dr. Humberto Scorza, inicia convidando os participantes a se apresentarem. **Conselheiros presentes:** Nei Carvalho, Maria Luiza Dreher, Paulo Barbosa, Nauro José Aguiar da Silva, Riograndino de Oliveira, Luis Carlos da Silva Alves, Darcy Dias, Janete da Silva, Neuza Heinzelmann, Ione Nichele, Osmar Maschio, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Maria Encarnacion Ortega, Regina Lender, Maria Santa Lino Genro, Eva Roseli dos Santos, Lâmia, Paulo Viaro, Ana Cirne, José Carlos Pintado, Enilda Lopes de Souza, Célia Ruthes, Paula Fiori, André Gonzáles, Sônia Mansur, Iolanda Leal Ambrozio, Antônio Ricardo da Silva, Antonia da Silva, Marne da Porciúncula, Jairo Tessari, Irineu Grimberg, Reny Bigolin, Joaquim Kliemann, Ana Boll e Maria Lectícia de Pelegrini. **Conselheiro que justificou a ausência:** Carlos Geyer. **(Não Conselheiros: Tânia Faillace, Adiranessa Comin, Carlos Alberto Sclaurich, José Soster, Rosilda da Silva, Dalva da Silva, Rejane Schiling, Ruberley Cazzarin, Cleuza Ribeiro, Leny Koji, Maria Dias Gomes, Shirlei Banagan, Nina Araújo, Luciana Knitnik, Maria Alice Calvete, Ewerton Breyer, Denise Girardi, Jane Pilar, Ligia Rodrigues, Neide Ferreira, Neusa Siqueira, Maria Luiza Jaeger, José Leonel, Clecio da Silva, Giovana Monteiro, Rafaela Homrich, Rosane Panato, Maria Lucia Baldasso, Júlio Boehl, Simone Bitencourt, Simone Setubal, Cristina Aguiar e Susana Jardim.)****1) Leitura e aprovação da ata nº18/02:** Coordenador, Dr. Humberto Scorza avisa que em virtude de problemas técnicos ficaram duas atas para serem lidas e aprovadas hoje e solicitou que a Conselheira Ione Nichele fizesse a leitura da ata nº18/02. Após a leitura da mesma foram solicitadas as seguintes alterações: alínea 38: SINDICATO- SERGS; alínea 175: Senhora Dionir; alínea 176: Denise Loureiro Chaves dos Santos, da US Bananeiras. Após correções foi colocada em votação e aprovada com 23 votos a favor e 07 abstenções. **2) Informes:** O GAPA, enquanto Comissão de AIDS recebeu telefonema de uma voluntária da ONG MAIS CRIANÇA denunciando que o Hospital Santo Antônio, que está mudando para o novo prédio, não está aceitando criança com HIV. Na segunda feira a denúncia será formalizada. **3) Municipalização do Murialdo:** Dr. Humberto Scorza encaminhou o primeiro ponto de pauta dizendo que a plenária de hoje é decorrente da Resolução 12/02 deste Conselho, que determinou sobre a Municipalização do Centro de Saúde Murialdo, discussão de longa data muito festejada naquele momento, onde houve o consenso de que até 30/09 teríamos uma proposta neste Conselho. Está bem claro para todos que as ações do processo não serão iniciadas hoje. Apenas queremos saber o resultado das negociações, das reuniões deste ano. Passou a palavra à Senhora Secretária de Saúde do Estado, Maria Luiza Jaeger, que disse que no processo de negociação, iniciado em maio p.p., tanto o Governo do Estado como o Governo do Município de POA vêm trabalhando, reunindo os setores, mas existem alguns problemas como o de estarmos em período eleitoral e as condições financeiras do Estado. Temos que nos ater à legislação em relação aos funcionários. Há um compromisso do Governo do Estado desde o início de que esta municipalização não se daria como as outras. Precisa de repasses, recursos financeiros, valores do Estado e esta parte municipal não está resolvida em virtude das dificuldades em relação aos pagamentos distribuídos aos municípios pelo Governo Federal. A discussão em relação ao papel do Município e do Estado está sendo feita, as responsabilidades de cada um já estão definidas. Há problema para fechar a proposta devido à dificuldade financeira do

53 Estado e ao Governo Federal quanto ao teto. Em POA o teto está extrapolado e no
54 Estado extrapolando , no último mês, em três milhões. Isto está dificultando. Há uma
55 série de discussões sendo feitas e o grande problema é estabelecer os recursos que
56 serão repassados a nós. Reforçou o compromisso municipal e estadual de que a
57 municipalização do Murialdo será feita e de uma forma responsável ,no sentido de ter
58 recursos para isto, agradeceu e pediu desculpas por se retirar pois sua mãe estava
59 sendo hospitalizada naquele momento. Dr. Humberto Scorza agradeceu os
60 esclarecimentos da Secretária e disse que a função do Conselho é esta. O Gestor
61 entende o papel do Conselho e a população é capaz de entender as dificuldades, quando
62 elas são colocadas. Temos que brigar em nível federal para que os recursos venham.
63 Passou a palavra ao Sr. Secretário da Saúde, Dr. Joaquim Kliemann que reforçou o que
64 foi dito pela Secretária Maria Luiza Jaeger. Reafirmou o que foi dito em maio, que os
65 balizamentos fundamentais combinados estão estabelecidos e que resta entrar nos
66 detalhamentos. Reiterou a vontade de assumir a gestão do Murialdo como órgão
67 municipal, mas não será feita se trouxer problemas, como aconteceu com a rede de forma
68 geral e de forma menor com a municipalização do Hospital Presidente Vargas, que teve
69 dificuldades que retardaram seu funcionamento. Continuou, lembrando que na reunião
70 extraordinária deste Conselho, dia 26.09, onde foi apresentado o relatório do 2º trimestre
71 da SMS ,apareceu pela primeira vez déficit devido à queda do financiamento federal e
72 que ele se acentua no 3º trimestre ,que terminou anteontem. Esta é uma dificuldade que
73 nos leva a ser extremamente cuidadoso para não assumir de forma irresponsável uma
74 municipalização que não se possa cumprir. O Ministério já nos deve R\$2.900.000,00 em
75 prestações executadas, o que nos obriga a protelar o pagamento dos prestadores. É
76 extremamente sério, mas não significa que o processo parou, ele está consolidado. Falta
77 termos condições de tranqüilidade de podermos apresentar às instâncias que participam e
78 ao Conselho, uma proposta definitiva, com todo o detalhamento das responsabilidades.
79 Afirmou que isto será feito o mais breve possível, é a vontade da SMS e do Estado. A
80 seguir inscreveram-se para falar: Sra. Neidi Ferreira, que faz parte de uma Comissão de
81 Funcionários e deseja levar informações sobre datas e quer saber se o período eleitoral
82 está influenciando. Senhor Deoclides de Almeida, declarado o mais veterano lutador pela
83 saúde no Partenon ,relatou situações difíceis vividas pela população do Murialdo devido á
84 falta de medicamentos ,que são um direito da população e em relação à municipalização.
85 Em primeiro lugar é importante ter um prazo para esperar a solução e em segundo, não
86 esquecer que os funcionários estão angustiados, sofrendo com a demora. Sr. Osmar
87 Salvador Maschio declara ter preocupação com o usuário, pois se tanto o Gestor
88 Municipal como o Estadual estão com dificuldades de verbas é preciso acionar o
89 Ministério Público, saber porque os repasses federais não chegam, se a CPMF veio ou
90 não. Cobrar para o usuário ter direito aos atendimentos que tanto precisa. Sra. Tânia
91 Faillace analisa que desde o primeiro trimestre, no Conselho Estadual de Saúde, o
92 Governo do Estado já previa que faltaria mais ou menos R\$14.000.000,00. Também se
93 falou que a NOAS 2002 modificaria a anterior, mas o Ministério não abriu, nem explicou
94 sobre o que está nela. Haveria uma redução de verbas para a saúde e uma ampliação
95 nas exigências para a Gestão Plena .Conclui que ao menos que haja um revertério no
96 país, deve piorar. Conselheira Zilda Martins, do CLS Partenon, agradeceu e reconheceu a
97 posição do Conselho em manter esta pauta. O processo foi desencadeado em maio e
98 segue. Reforçou a questão dos medicamentos, onde a Atenção Básica não foi incluída na
99 compra da SES, só os hospitais têm. Sobre a área física e as reformas também está
100 parado e são fundamentais. Relatou que do acordo que se tirou , houve uma reunião com
101 a comunidade do Partenon , na qual compareceram a SMS e a SES, onde foram levadas
102 propostas e sugestões. Aconteceu outra reunião onde os residentes e os trabalhadores
103 levaram propostas por escrito. Não evoluiu mais que isto. Angustia e muito. A população
104 clama por melhorias. O problema maior são os recursos materiais, a área física. Quanto

105 aos recursos humanos está bom. Ressaltou e elogiou que o RS foi pioneiro na
106 implantação das Bolsas e da Residência, citou como pontos positivos. O atendimento à
107 Atenção Básica é que não avança. Na seqüência, Dr. Humberto pede desculpas por não
108 ter logo passado a palavra à comunidade organizada na pessoa da Conselheira Zilda
109 Martins. Respondendo aos questionamentos, Dr. Kliemann diz que a legislação eleitoral
110 interfere sim em relação aos Recursos Humanos. Não podemos mexer nos funcionários
111 60 dias antes e 60 dias após o 2º Turno. Há restrições também quanto aos convênios. Na
112 questão dos medicamentos de Atenção Básica do Murialdo, todos os postos receberam
113 sua quantidade destinada. Esclareceu que o município de POA recebe per-cápita R\$
114 1,00 do Ministério da Saúde para medicamentos, como todos os municípios. Já foram
115 empenhados R\$19.000.000,00 em medicamentos, não apenas para a população de Porto
116 Alegre, mas para a Grande Porto Alegre e interior. Temos sérias dificuldades de
117 financiamento, mas para medicamentos tem vindo certo. Quanto a acionar o Ministério
118 Público não acredita que tenha resultado, pois geralmente é o Estado e o Município que
119 são acionados por eles. Afirmou que quando a Secretária Maria Luiza disse que se pagou
120 3milhões quer dizer que o Estado extrapolou seu teto na necessidade de atender à
121 demanda. A seguir falou a Conselheira Maria Lectícia de Pelegrini, da SES que discorreu
122 sobre o andamento das reuniões e que já passou por análise a definição do que é Estudo
123 e o que é Assistência, já foi apresentado o regimento da Residência, hoje o financiamento
124 das Bolsas é Lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, garantido formalmente no
125 Orçamento Público, de maneira isonômica para todos os residentes. Acrescentou que
126 seria bom que tudo pudesse se resolver logo, mas não adianta assumirmos um
127 compromisso que depois teríamos dificuldade de honrar. Neste último mês, a entrada de
128 uma portaria do Ministério da Saúde, que a Secretaria vê como ilegal, estipula valores
129 diferentes para o setor público e para o setor privado, quer dizer, o Ministério da Saúde
130 deu reajuste às consultas no setor público e no privado, pagando bem mais para o
131 privado e isto repercutiu no Teto. Há uma discussão em todo o Estado do financiamento
132 previsto pela NOAS. É importante que as pessoas saibam disto. Este processo está
133 sendo equacionado na próxima reunião da bi-partite, em outubro para apresentar nossas
134 necessidades e negociar um teto com o Governo federal. Quando isto acontecer
135 poderemos viabilizar o resto do processo da municipalização do Murialdo. Dr. Humberto
136 Scorza perguntou se o Estado já está na Gestão Plena, o que significa em aporte
137 financeiro estar na Gestão Plena e como o Conselho pode ajudar. Conselheira Maria
138 Lectícia respondeu que o Estado não está na Gestão Plena e que desde 2000 foi
139 protocolada uma solicitação para o ingresso do Estado na Plena. Nossa proposta não foi
140 aceita em termos financeiros pelo Ministério da Saúde. Nossa discussão é sobre quanto
141 custa a saúde, porque o Ministério coloca que gastamos demais no RS. É simples: como
142 nosso Estado tem uma das maiores redes instaladas o valor per-cápita gasto em saúde
143 no RS é muito maior que em outros Estados da Federação, como Acre e Amapá, onde a
144 oferta de serviços é pequena. Existe toda esta dificuldade de entendimento em relação
145 ao Teto, a definição do valor financeiro para que o Ministério aceite nossa Gestão Plena.
146 Este pleito, que colocou a NOAS em circulação e discussão com todos os seus produtos,
147 prevê desde a execução de uma Agenda de Saúde, um Plano Diretor de Regionalização,
148 uma Programação de Atenção das Necessidades. Todos estes instrumentos têm sido
149 trabalhados pelo Estado, pela Bi-Partite estadual e pelo CES. Tão logo estejam definidos
150 poderemos estar revendo e nos reapresentando ao Ministério para novamente solicitar o
151 pleito da Gestão Plena. Esclareceu também que não é verdade que existe alijamento pelo
152 fato de não estarmos em Gestão Plena. O que diferencia é que estando em Plena quem
153 paga os prestadores é o próprio Município, com verba repassada pelo Ministério. No
154 Estado que não está em Plena quem paga é o Ministério diretamente, recebemos a fatura
155 e quem efetua o pagamento é o Ministério. Seguindo, Coordenador Humberto Scorza
156 sugeriu que se leve em conta o impedimento legal pós-eleitoral até o final do ano e

157 também os tipos de financiamento. Assegurou que importa é que continuem estas
158 discussões sobre o processo de municipalização. Lembrou de outra situação que precisa
159 ser analisada no CLS que é sobre o atendimento nos postos, onde há filas e também de
160 que freqüentemente nos chegam reclamações de que médicos não permanecem o tempo
161 devido em postos do Murialdo. Já que se vai municipalizar é preciso criar consciência de
162 responsabilidade. Para finalizar, Conselheira Zilda Martins informou que quanto aos
163 Recursos Humanos o Murialdo está bem , mas que quanto aos médicos ,precisaria mais
164 profissionais Generalistas Comunitários e que com franqueza, empenho e discussão o
165 projeto avança e o Dr. Clécio da Silva, Chefe do CS Murialdo ponderou que o Gestor
166 continua sendo o Estado e é a ele que continuarão a recorrer. Também refletiu que
167 existem pessoas mais ou menos comprometidas com seu trabalho e não só no Murialdo.
168 Atualmente, se um funcionário for colocado à disposição não há como substituí-lo. Quanto
169 aos medicamentos afirmou que há tranquilidade no estoque e que compra está para ser
170 feita. Dr, Kliemann se comprometeu a manter o CMS informado das tratativas e passados
171 os 60 dias da Lei Eleitoral ,em dezembro, trazer o resultado delas. Coordenador
172 Humberto Scorza conclui que fica então com os Gestores a continuação do processo e
173 combinou-se para 05.12.2002 a vinda da SMS ao Conselho. **4) Notícias dos**
174 **encaminhamentos das sindicâncias realizadas no Hospital de Clínicas e Ministério**
175 **Público:** Seguindo a pauta o Coordenador leu os ofícios em resposta à solicitação do
176 CMS, sobre os encaminhamentos das denúncias sobre o Hospital de Clínicas ao
177 Ministério Público. Dr. Leonel, do setor Jurídico da SMS explicou que o relatório da
178 Sindicância promovida pela Secretaria está sendo finalizado, que a RBS enviou a fita,
179 que é uma das provas e que a mesma está à disposição do Conselho. Dr. Júlio Bohel
180 avalia que se conseguiu grandes avanços, com o simples fato das denúncias e que o
181 principal é que não se abrem mais prontuários sem o conhecimento da Central. **5)**
182 **Parecer nº14/02 da SETEC sobre o Relatório do Sistema de Informações da**
183 **Farmácia Básica - SIFAB:** Sra. Suzana Jardim, Coordenadora da SETEC/CMS, leu o
184 Parecer : " A Secretaria Técnica – SETEC, reuniu-se ordinariamente em 03.09.02,
185 analisou o Relatório do Sistema de Informações da Farmácia Básica – SIFAB, referente
186 ao primeiro semestre/2002.O relatório demonstra que durante o semestre: A União
187 repassou R\$ 686.656,50; O Estado repassou R\$ 380.020,74; O Município aplicou
188 recursos próprios no valor de R\$ 2.628.018,58; Total aplicado em medicamentos para
189 Farmácia Básica, no semestre, foi de R\$ 3.484.911,97. Com relação ao recurso a ser
190 aplicado em medicamentos, com recursos próprios do município, ou seja, R\$ 0,65/
191 habitante/ano, o Município de Porto Alegre, neste semestre, aplicou aproximadamente
192 cinco vezes mais do que o valor pactuado com Estado e União. Considerando o acima
193 exposto a SETEC recomenda a Plenária a aprovação do relatório". Após foi colocado em
194 votação e aprovado por unanimidade. **6) Leitura e aprovação da ata nº19/02:** fez-se a
195 leitura da ata nº 19/02 que ficará redigida com as seguintes alterações: al.49 "pactuação";
196 al. 69 : "imperativo "; al. 140: " todos os municípios" ; al. 78: " prevenção" ; al. 85 : "
197 NASCA ". Foi aprovada com 20 votos e 5 abstenções. **7) Retirada de Delegados para a**
198 **9ª Plenária Estadual de Conselhos de Saúde do RS:** A nominata ficou com os
199 seguintes conselheiros: Pelos usuários: Nei Carvalho (CLS Humaitá/Navegantes/Ilhas);
200 Paulo Renato Viaro (CLS Extremo Sul), Maria Ivone Dill (CLS Leste), Darcy Dias(CLS
201 Glória/Cruzeiro/Cristal),Osmar Salvador Maschio (CLS Partenon), Deoclides Almeida
202 (Partenon), João Carlos Pintado (CLS Lomba do Pinheiro) , Riograndino de Oliveira (CLS
203 Centro Sul/Sul). Pelos trabalhadores: Marne Antunes da Porciúncula (ASSMS), Ana Maria
204 Araújo Cirne (CLS Extremo Sul), Paulo Barbosa (CLS Nordeste), Eva Roseli dos Santos
205 (CLS Centro) e Nauro José Aguiar da Silva (CLS Eixo-Baltazar), Suplente : Humberto
206 José Scorza (CMS). **8) Avisos e Convites:** Prefeitura Municipal convida para solenidade
207 na praça da Alfândega dia 04/10, Dia da Ecologia; Desafio da Humanização do SUS na
208 PUC, dia 08.10; Inauguração da UTI Pediátrica do HPS, inauguração dia 10/10; .3º

209 Seminário Viva a Vida na Paróquia Santo Antônio do Partenon, nos dias 18 e 19/10. A
210 seguir marcou-se a pauta para a próxima plenária dia 17.10 que será: Estatuto dos
211 Conselhos Gestores, Posse da Câmara Técnica do Hospital Parque Belém, agenda dos
212 10 anos do CMS e ver a fita da RBS sobre a denúncia de cobrança aos pacientes do
213 SUS no HCPA. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 21 horas e dela,
214 eu, Lenita Dias Parisotto, lavrei a presente ata.

215

216

217

Humberto José Scorza
Coordenador do CMS/POA

Lenita Dias Parisotto
Secretaria Executiva

218

219

Após correções, esta ata foi aprovada na reunião do plenário de 17/10/2002.